

Uma política sobre drogas é uma política sobre pessoas

O mundo passa por um momento de reflexão sobre as políticas de drogas. Desde 2009, quando as Nações Unidas aprovaram a Declaração Política e o Plano de Ação sobre o Problema Mundial das Drogas, ainda vigentes, houve grandes mudanças no cenário internacional. O paradigma repressivo, baseado em uma visão moralista e simplificadora da questão, vem sendo crescentemente questionado por países, organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

O Brasil também busca um novo paradigma para a política sobre drogas. Não se trata de um processo simples, homogêneo e livre de contradições. Ainda em construção, o caminho para formular uma política pública justa, humana e eficiente, envolveu aprendizados difíceis e, por vezes, dolorosos. Foi necessário superar obstáculos conceituais e de execução; conciliar visões distintas, buscando identificar premissas compartilhadas; mobilizar atores locais, governamentais e não-governamen-

tais, possibilitando ações verdadeiramente transversais; e defender princípios muitas vezes contrários ao senso comum.

É possível, hoje, identificar uma orientação política clara em relação às ações e programas sobre drogas no país. Essa consolidação tem raízes na Política Nacional sobre Drogas (2005) e passou pelas inúmeras lições do programa Crack, é possível vencer (2011). Isso culminou, no plano interno, no estabelecimento de um programa interministerial de políticas sobre drogas no Plano Plurianual 2016-2019, e, no plano internacional, na destacada participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia da ONU sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS 2016).

Este documento apresenta essa trajetória, destacando a evolução na atuação da SENAD/MJ, compartilhando os pressupostos e objetivos de uma nova política de drogas.

I – Foco nas pessoas

O pressuposto elementar de uma política de drogas humanista é que **seu foco deve ser nas pessoas, e não nas drogas**. Dessa formulação aparentemente simples decorrem consequências importantes para a maneira pela qual as ações são formuladas, executadas e avaliadas.

O Brasil experimentou na primeira década do novo milênio um crescimento da preocupação social com o uso de drogas. Essa preocupação foi amplificada pela associação – sem qualquer base empírica – entre uso de drogas, violência urbana e uma suposta degradação de valores morais. Tal associação irresponsável alimentou o senso comum sobre o tema, reforçando a estigmatização das pessoas que usam drogas e a demanda por políticas repressivas.

Assim, quando o Governo Federal estabeleceu, em 2010, a política de drogas como prioridade, um duplo desafio se apresentou. Foi necessário construir uma resposta que, ao tempo em que dialogasse com a urgência da demanda social por soluções, desfizesse os mitos criados pela “guerra às drogas”.

Foi necessário apresentar à sociedade um discurso e um conjunto de medidas concretas que demonstrassem que, para melhorar a vida daqueles que sofrem com as drogas e das suas famílias, é preciso oferecer cuidados de saúde e apoio social, garantindo, e não restringindo, seus direitos civis. Nesse sentido, o programa Crack, é possível vencer concentrou seus recursos para realizar a **primeira grande expansão dos cuidados para dependência de drogas** na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde - SUS, e na rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

As pessoas com problemas com drogas têm necessidades diferentes e, por isso, **não há apenas um caminho para o seu cuidado**. Algumas precisam mais de cuidados médicos, outras precisam de maior apoio para inserção no mercado de trabalho e a reestruturação de suas vidas, dentre outras necessidades. Assim, é importante que a rede de cuidado ofereça caminhos e estratégias diversas para lidar com o problema das drogas, de modo que **todos aqueles que busquem o servi-**

ço público encontrem acolhimento e respeito.

De forma complementar à expansão da rede pública de cuidado, a SENAD/MJ foi designada responsável por ampliar o financiamento às comunidades terapêuticas em nível federal e iniciar um processo de fiscalização, qualificação e integração desses serviços com as redes existentes.

Uma ética do cuidado, baseada na redução de danos e riscos, coloca a vida e autonomia das pessoas em primeiro plano, acima de julgamentos sobre seus hábitos e escolhas. Assim, dependendo de cada sujeito e de suas circunstâncias, a abstinência, o uso controlado ou mesmo a substituição de drogas de adicção (notadamente no caso dos opióides) são todas estratégias legítimas e efetivas para lidar com o uso prejudicial de drogas. Os serviços públicos devem ofertar cuidado para as pessoas que têm problemas com drogas, indepen-

dente da continuidade ou não do uso.

O foco nas pessoas também orienta a construção de políticas de prevenção que se afastam de estratégias baseadas na estigmatização e no medo. A SENAD/MJ, em parceria com o Ministério da Saúde e com apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, **desenvolve programas de prevenção baseados em evidências científicas e princípios éticos.** Ações de prevenção para crianças, jovens e suas famílias, com efetividade comprovada e adaptadas à realidade brasileira, estão sendo implementadas por profissionais capacitados no âmbito pedagógico, da saúde pública e do trabalho social com famílias. Segundo o UNODC, o Brasil possui hoje uma das mais expressivas experiências de implementação de programas de prevenção baseados em evidências como política pública nacional.

II – Políticas integrais: foco na população mais vulnerável

O I Levantamento Nacional sobre o Uso de Crack no Brasil (2013), financiado pela SENAD/MJ e realizado pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, mostrou de maneira inequívoca que aqueles que mais sofrem com o uso regular de crack são pessoas com trajetória de vulnerabilidade social anterior ao uso de drogas. Se é verdade que uma condição social privilegiada não impede a uso abusivo de drogas, a pobreza certamente agrava suas consequências. Cria-se assim um ciclo vicioso em que drogas e exclusão social se reforçam mutuamente e colocam as pessoas que usam drogas na condição de párias. Para as pessoas que usam drogas, o preconceito que sofrem desestimula sua busca por cuidados. Para a sociedade em geral, esse mesmo preconceito fomenta políticas que reforçam a exclusão. **A guerra às drogas sempre termina por ser uma guerra contra as pessoas que usam drogas.**

O aprendizado do programa Crack, é Possível Vencer, os achados do Levantamento Nacional e experiências locais deixaram claro que, como problema multidimensional, **o consumo de drogas**

deve ser tratado de forma intersetorial pelas políticas públicas. Articular ações de saúde, assistência social, educação, cultura e geração de renda é essencial para enfrentar a complexidade do problema e oferecer tanto prevenção do uso prejudicial como cuidado integral ao dependente.

Por isso, a SENAD/MJ apoia, com recursos e suporte técnico, a pesquisa e a implementação de programas inovadores para o cuidado das pessoas que sofrem com o uso de drogas. O objetivo é disseminar modelos para a vinculação, oferta de serviços básicos de saúde e assistência social para pessoas em situação de rua e indivíduos em conflito com a lei. Mais recentemente, a SENAD/MJ iniciou o financiamento e apoio técnico a 15 municípios de médio ou grande porte que irão implementar **programas integrados de moradia social, geração de trabalho e renda e cuidados em saúde** para dependentes de drogas em situação de vulnerabilidade social. O monitoramento e a avaliação desses programas deverá fomentar novas políticas e tecnologias sociais, em todas as instâncias federativas, que consigam de fato garantir a inclusão desse grupo.

Uma condição social privilegiada não impede o uso abusivo de drogas, mas a pobreza certamente agrava suas consequências.

III – Ações devem ser transversais e articuladas

A ampliação das redes de saúde e assistência social financiada pelo programa Crack, é possível vencer ressaltou o desafio da atuação articulada dos serviços de atenção às pessoas com problemas com drogas e seus familiares no território. Municípios criaram **Comitês Intersectoriais** para gestão do Programa e construíram **planos de ação** para implementação das ações pactuadas. Tal estratégia permitiu e fomentou a aproximação de diversas áreas, mas, ao mesmo tempo, expôs as grandes dificuldades de uma gestão efetivamente compartilhada e demonstrou a necessidade de desenvolver a articulação em nível local.

Ao identificar tal necessidade, a SENAD/MJ firmou, em 2013, parceria com a Fiocruz para oferecer **assessoria a municípios e estados na articulação de sua política de drogas**. 53 municípios de mé-

dio e grande porte e 3 estados já foram beneficiados. No âmbito do projeto, os municípios recebem apoio com o propósito de fortalecer comitês intersectoriais de gestão da política de drogas e de organizar redes locais para cuidado integral.

Em nível federal, a pactuação de um programa interministerial sobre drogas no **Plano Plurianual - PPA**, para o quadriênio 2016-2019, é resultado desse esforço de articulação intersectorial coordenado pela SENAD/MJ. O Programa tem como objetivo a redução do impacto social do álcool e outras drogas, e apresenta metas de prevenção, cuidado e reinserção social com ações dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Assistência Social e Combate à Fome, da Educação, do Trabalho e Previdência Social e da Secretaria de Direitos Humanos.

IV – Políticas sobre drogas baseadas em evidências científicas

As políticas sobre drogas **devem ser baseadas em evidências científicas**. É papel da SENAD/MJ induzir a produção acadêmica na área, além de oferecer os meios para a disseminação de informação de qualidade sobre drogas para pesquisadores, gestores e sociedade em geral.

Desde 2001, com o I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas, a SENAD/MJ tem atuado para realizar um diagnóstico abrangente do fenômeno do uso de drogas no país, não apenas quantificando esse uso, mas, sobretudo, explorando suas características e determinantes. Entre diversos estudos produzidos nos últimos anos, destaca-se o já mencionado **I Levantamento sobre o Uso de Crack no Brasil**, a mais abrangente e inovadora pesquisa sobre o tema já realizada no mundo. A ela se seguem uma pesquisa sociológica sobre a relação entre exclusão social e uso de drogas e um novo levantamento domiciliar nacional, ambos em fase de publicação. Ainda em fase de contratação, um inédito levantamento da **situação do uso de dro-**

gas no sistema prisional será lançado em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ. Também merece destaque o financiamento de **pesquisas clínicas, pré-clínicas e epidemiológicas para o tratamento da dependência de drogas**, respondendo à demanda da comunidade científica nacional.

O **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID**, importante repositório de conhecimento sobre o

tema, passa por uma grande reformulação tecnológica e será capaz de oferecer informações de referência a diversos públicos, podendo tornar-se, em um futuro próximo, instrumento de identificação de novas tendências e padrões de consumo. Também será possível utilizar a nova estrutura do OBID como ferramenta para avaliar e monitorar experiências nacionais e locais nas políticas públicas sobre drogas.

Além disso, a SENAD/MJ vem desempenhando um papel relevante na formação de trabalhadores

**O Portal Aberta
pode ser acessado
pelo endereço
www.aberta.senad.gov.br.
O Obid está no endereço
www.obid.senad.gov.br.**

e lideranças da sociedade civil no campo da política sobre drogas. Mais de **50 Centros Regionais de Referência - CRR** para capacitação presencial, em instituições públicas de ensino superior, que funcionam em parceria com gestores locais, receberam recursos para a formação de trabalhadores de diferentes redes de maneira intersectorial. Foram ofertadas **500 mil vagas em cursos de educação à distância sobre drogas** a um con-

junto de trabalhadores envolvidos com ações de prevenção e cuidado. A partir dessa experiência, a SENAD/MJ lança, em 2016, um **site de livre acesso, chamado Portal Aberta**, voltado a profissionais e atores da sociedade civil envolvidos com a política de drogas, que oferece conteúdo autoinstrucional de qualidade e ferramentas interativas de apoio ao aprendizado.

V – Eficiência na gestão dos bens e instrumentos de repasse

Não se faz política pública com capacidade efetiva de transformação sem uma administração eficiente. Por isso, a gestão da SENAD/MJ também passou por melhorias significativas nos últimos anos.

Um dos instrumentos de gestão da política sobre drogas é o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, composto de bens e valores provenientes de ações penais de tráfico de drogas. Por força de lei, estes ativos destinam-se à política pública sobre drogas. A fim de proporcionar a maior entrada possível de recursos para serem executados nas atividades finalísticas, tem-se buscado transformar ativos imobiliários em dinheiro, incrementar o rendimento dos recursos existentes e escolher destinações mais eficientes, sempre com o objetivo de fortalecer as linhas de ação definidas pela SENAD/MJ.

Nos últimos anos, a **reestruturação administrativa e o estabelecimento de parcerias** aumentaram a eficiência do processo de destinação dos recursos do FUNAD para a políticas públicas. Um exemplo são os **leilões de imóveis urbanos**, em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União e a **transferência direta de veículos** para para os serviços da Rede de Atenção Psicossocial do SUS, como os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS I, além do processo de contratação do Banco do Brasil para a **conversão de numerário estrangeiro**, que representa aporte de recursos para a política.

Merece destaque o acordo para a **transferência onerosa de imóveis rurais** ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que permite que os recursos financeiros, provenientes da

alienação destes imóveis, sirvam à política sobre drogas, ao tempo em que os imóveis atendam às políticas públicas da reforma agrária e indígena. O aproveitamento destes bens por outras políticas públicas federais é um importante mecanismo para a eficiência estatal.

Finalmente, a SENAD/MJ buscou aperfeiçoar os mecanismos de repasse de recursos, como convênios e contratos. O desenvolvimento de projetos-modelo para emendas parlamentares, o mapeamento de processos de gestão dos convênios e o desenvolvimento de instrumentos de gerenciamento dos contratos com comunidades terapêuticas fazem parte do esforço mais amplo do Ministério da Justiça, para aumentar a segurança dos processos e a efetividade das políticas públicas.

Não se faz política pública efetivamente transformadora sem recursos adequados e administração eficiente. A melhoria dos processos de gestão, alienação de bens, estabelecimento de parcerias e repasses financeiros é essencial para se alcançar os objetivos e garantir o controle dos recursos públicos.

VI – Contexto internacional

A SENAD/MJ, atuando em estreita cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, participou ativamente de diálogos bilaterais e de fóruns multilaterais sobre drogas. O processo de consolidação de diretrizes e objetivos para a política de drogas no Brasil teve repercussão decisiva na construção do discurso do país em âmbito internacional.

O principal exemplo dessa influência recíproca entre a política interna e externa é a participação brasileira na preparação e realização da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas - **UNGASS 2016**. A reunião movimentou os principais fóruns internacionais sobre drogas ao longo dos últimos dois anos, e teve o objetivo de discutir e avaliar as diretrizes globais sobre drogas pelos Estados membros da ONU.

**O documento
apresentado pelo Brasil
na Assembleia
Geral das Nações Unidas
sobre o Problema Mundial
das Drogas -
UNGASS 2016
pode ser acessado
pelo site**

**[http://www.justica.gov.br/
sua-protecao/politicas-sobre-drogas](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas)**

De maneira coerente com a proposta para as políticas nacionais, a delegação brasileira defendeu que as políticas de drogas devem ter como base os **direitos humanos** e incluir **perspectivas raciais e de gênero**; apoiou o reconhecimento de ações de **redução de danos** e a ampliação de serviços de cuidado; enfatizou que as ações de prevenção devem ser baseadas em **evidências científicas** e focadas na população mais jovem e vulnerável; propôs que o sistema repressivo deve ter como

foco os elos mais fortes da economia do tráfico e assegurar a **proporcionalidade da resposta criminal**; defendeu que o conceito de **desenvolvimento alternativo** incorpore ações **em meios urbanos**; propôs a criação de **novas métricas de avaliação** das políticas de drogas; e, de maneira enfática, **rejeitou a aplicação da pena de morte em qualquer hipótese**, inclusive para crimes relacionados a drogas.

Para além do texto final aprovado pelos países-membros, o processo de preparação para a UNGASS se mostrou extremamente valioso sob um aspecto determinante: a **formação de redes intersetoriais e multidisciplinares**, voltadas a debater a política de drogas. Deve-se destacar a participação ativa do Brasil na construção de documentos regionais no âmbito do MERCOSUL, UNASUL e da CELAC, forjando **posicionamentos comuns na região** e possibilitando o aprofundamento do diálogo sobre temas centrais nos próximos anos. Internamente, a SENAD/MJ coordenou a formação de **posicionamento de governo para a UNGASS**, e realizou diversas reuniões, seminários, consultas e audiências públicas com representantes da **sociedade civil nacional e internacional**. Testemunhou, ainda, o surgimento de iniciativas que passaram a oferecer uma nova perspectiva, crítica e construtiva, para as políticas de drogas no país. A criação e manutenção dessa grande rede de diálogo e cooperação será um legado muito importante para a democratização do debate no país.

Nessa linha, a recente conclusão do processo UNGASS oferece a oportunidade de consolidar o debate de pautas estratégicas para o Brasil. Temas importantes, ainda embrionários no sistema internacional de controle de drogas, como a questão do desenvolvimento de novos indicadores de avaliação das políticas públicas sobre drogas ou a expansão de programas de desenvolvimento alternativo para grandes centros urbanos, poderão ganhar relevância nos próximos anos. A agenda externa, portanto, exigirá esforço, dedicação e comprometimento para o aprofundamento da cooperação com a sociedade civil, países parceiros e organismos internacionais.

Próximos passos

O projeto de construção de uma política sobre drogas baseada em evidências científicas; que tenha como foco as pessoas, e não as drogas; que reconheça as necessidades especiais da população mais vulnerável e que compreenda as diversas dimensões do fenômeno não está concluído. Ao contrário, há muito por fazer para que essas pautas se consolidem como políticas de Estado.

A narrativa ainda está em disputa. A retórica do enfrentamento, da estigmatização e da exclusão tem a vantagem de formular soluções simples, ainda que falsas, para uma opinião pública ansiosa e assustada pelo discurso do medo. Mais do que simplesmente apontar a falta de resultados das políticas tradicionais sobre drogas nos últimos 40 anos, é necessário que gestores, trabalhadores, cientistas e militantes atuem de maneira integrada, produzam os resultados e saibam comunicá-los de maneira eficiente à sociedade. Somente assim será possível construir ações efetivamente transformadoras.

É preciso caminhar na direção do aprofundamento das principais diretrizes apontadas neste documento. Ainda há um longo percurso para a atuação efetivamente articulada das redes de cuidado e atenção às pessoas que têm problemas com drogas.

É preciso consolidar os mecanismos de gestão compartilhada da política sobre drogas no Governo Federal, cumprindo assim a vocação intersetorial do PPA, e seguir apoiando a formação das redes territoriais de cuidados nos estados e municípios.

É preciso incorporar as novas tecnologias sociais para o cuidado integral das pessoas que têm problemas com drogas nas políticas de saúde, assistência social, trabalho, emprego, educação e moradia. Uma política sobre drogas com foco nas pessoas deve romper o ciclo vicioso entre exclusão social e uso abusivo de drogas.

É preciso incluir o tema da prevenção ao uso prejudicial de drogas na agenda das políticas de educação, saúde e assistência social. Assim, será possível levar, a todo o território nacional, ações de prevenção baseadas em evidências científicas e que não estigmatizem as pessoas que usam drogas.

É preciso aprofundar a discussão sobre drogas no país, com a disseminação de informação qualificada sobre o tema e a ampliação dos canais de participação social. O debate sobre drogas deve abandonar preconceitos e fazer dos direitos humanos a diretriz fundamental da política.

A SENAD/MJ buscou, nos últimos anos, constituir-se em um elemento agregador de diferentes atores e iniciativas para que, juntos, pudessem propor um novo caminho. Esperamos, nesse momento de incertezas, que esse documento seja um elemento a ajudar na consolidação dessa nova perspectiva.

Brasília, 10 de maio de 2016.

ANEXO - PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DA SENAD/MJ

As diretrizes de atuação e objetivos da SENAD/MJ estão formalizados em processos de planejamento do Governo Federal, do Ministério da Justiça e da própria secretaria.

Plano Plurianual 2016-2019

O primeiro deles é o Plano Plurianual - PPA, planejamento que envolve ações de todo o Governo Federal para o período de quatro anos. O PPA é construído de forma coletiva, com a participação de órgãos do governo e representações da sociedade. Para o PPA 2016-2019, a SENAD/MJ articulou a criação de um Programa específico para a política sobre drogas, que envolvesse os diversos ministérios com atuação no tema. O programa “2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social”, reuniu ações dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Assistência Social e Combate à Fome, da Educação, do Trabalho e da Previdência Social e da Secretaria de Direitos Humanos. São quatro objetivos estratégicos para a política sobre drogas:

1. Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens;
2. Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas;
3. Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas;
4. Fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

Esses objetivos foram divididos em várias metas, que foram atribuídas aos Ministérios envolvidos na Política sobre Drogas. Ao MJ, foram atribuídas as seguintes metas:

- Ampliar e qualificar canais de comunicação com capacidade de interatividade e intervenção para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas;
- Qualificar os serviços prestados em 80% dos serviços de atenção em regime residencial transitório com a adoção de parâmetros de funcionamento e articulação com a rede de cuidado, respeitando os direitos humanos dos usuários.
- Fomentar o funcionamento de instâncias de articulação intersetorial sobre políticas de álcool e outras drogas em todas as unidades da federação e em 95% dos municípios acima de 200 mil habitantes;
- Estruturar uma política de educação permanente em prevenção, cuidado e reinserção social para 500 mil profissionais e atores da sociedade civil com foco nos direitos humanos das pessoas que usam álcool e outras drogas.
- Aperfeiçoar o planejamento, monitoramento e avaliação da política de drogas, fortalecendo a produção de conhecimento e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;
- Articular serviços de cuidado e proteção às crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Referências: PPA 2016-2019

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual>
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual>

Planejamento estratégico MJ

Ao longo de 2015, o Ministério da Justiça elaborou, em conjunto com suas secretarias, o planejamento estratégico da instituição para o período de 2015-2019. Nesse processo, a SENAD/MJ ficou responsável pelo objetivo estratégico de “promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas”. As metas assumidas pela SENAD/MJ neste planejamento convergem com o compromissos do PPA 2016-2019.

Foram escolhidos três projetos da SENAD/MJ para serem acompanhados e apoiados pela Secretaria Executiva: “Articulação de Redes Intersetoriais”; “Regulação e Qualificação dos Serviços de Acolhimento Prestados em Comunidades Terapêuticas”, e “Reordenamento e Qualificação da Política de Formação”.

Planejamento tático-operacional da SENAD/MJ

O Planejamento tático-operacional da secretaria teve como objetivo desdobrar os objetivos e metas consolidados no PPA e no Planejamento Estratégico do MJ em compromissos de curto prazo. O planejamento tático operacional organizou as principais ações da SENAD/MJ em projetos, com definição de produtos e entregas para 2016 e 2017.

Para cada projeto, foi construído um plano de gerenciamento de projetos - PGP simplificado e cronograma, com a definição dos resultados esperados, pacotes de trabalho e atividades necessárias para o atingimento desses resultados. A metodologia usada é baseada no Guia PMBOK do Project Management Institute - PMI e foi a mesma do Planejamento Estratégico do MJ, para padronizar as ferramentas e métodos usados no planejamento.

O planejamento tático-operacional é uma ferramenta importante para organização do trabalho diário da secretaria, e representa um esforço de formalização das ações, metas de curto prazo e cronograma das principais ações executadas.

A tarefa ainda está sendo finalizada, mas já há minutas dos PGPs da maioria dos projetos, com seu respectivo cronograma, que constam neste anexo.

Especificamente no que se refere à Diretoria de Gestão de Ativos (DGA), antiga Diretoria de Contencioso e Gestão do Fundo Nacional Antidrogas, não existem ainda PGPs estruturados. A Diretoria ainda está em processo de formulação do seu Planejamento Estratégico. A conclusão do planejamento está prevista para meados de junho de 2016. O alinhamento dos objetivos da DGA com os objetivos estratégicos da SENAD/MJ é o mote condutor deste processo.

Planejamentos Operacionais:

- Reordenamento e Qualificação da Política de Formação;
- Articulação de Rede Intersetorial;
- Reestruturação do Observatório Brasileiro de Política Sobre Drogas;
- Regulação e qualificação dos serviços de acolhimento prestados por Comunidades Terapêuticas;
- Fortalecimento de Políticas de Prevenção Escola e Comunidade;
- Diagnóstico Sobre o Uso De Drogas no Brasil e Suas Conseqüências;
- Desenvolvimento de Tecnologias para Reinserção Social e Econômica de Usuários de Drogas em Situação de Vulnerabilidade;
- Canais de Comunicação e Teleatendimento para a Prevenção.

Planos de Gerenciamento de Projetos Simplificados:

- 1) Nome do Projeto: **REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Geral: Estruturar uma política de educação permanente em prevenção, cuidado e reinserção social para 500 mil profissionais e atores da sociedade civil com foco nos direitos humanos das pessoas que usam álcool e outras drogas.

Específicos:

- 1) Integrar formação presencial e à distância;

- 2) Reordenar a política de formação à distância;
- 3) Implantar o Portal de formação permanente à distância em Política sobre Drogas;
- 4) Apoiar os processos formativos das redes de serviços públicos quem têm interface com as políticas sobre Drogas;
- 5) Ofertar curso de especialização em gestão de políticas intersetoriais para pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas;
- 6) Manter uma rede de centros regionais de referencia, vinculados a instituições publicas de ensino superior, para formação presencial em Política sobre Drogas.

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A gestão das políticas sobre álcool e outras drogas deve garantir conhecimento de qualidade sobre o fenômeno das drogas e sobre a efetividade e a eficácia das políticas utilizadas, além da articulação entre os diversos atores dessa política. Assim, é responsabilidade da SENAD/MJ produzir e disseminar informações de qualidade sobre o fenômeno das drogas e sobre a avaliação das políticas implementadas; formar e qualificar uma comunidade de agentes que atuam na política sobre drogas para a troca de conhecimentos; e disseminar boas práticas.

Desde 2010, a SENAD/MJ vem incrementando a sua política de formação por meio da oferta de cursos nas modalidades presencial e à distância, em parcerias com instituições públicas de ensino superior. Para atingir um número maior de beneficiários dessas ações e aprimorar seu caráter de formação continuada, torna-se necessário o redesenho dessa política para garantir: acesso livre, rápido, gratuito e atualizado de conteúdos relacionados à políticas sobre drogas; a oferta de conteúdos mais especializados para aprimorar a gestão intersetorial dessa política e a melhoria do processo de gestão educacional dos processos formativos presenciais.

Nesse sentido, este projeto propõe a integração e aprimoramento das várias ações que vem sendo desenvolvidas pela SENAD/MJ nos últimos anos, por meio de um redesenho que envolve a criação de uma plataforma de educação permanente na temática sobre drogas que permita articular as diversas ofertas disponíveis de formação, presenciais ou à distância, de modo a otimizar recursos e garantir flexibilidade para a utilização dos conteúdos ofertados por uma gama mais diversa e ampla de atores e a melhoria.

III. ESCOPO DO PROJETO

- Financiar processos formativos presenciais em parceria com instituições públicas de ensino superior;
- Desenvolver conteúdos livres em plataforma on line – Portal Aberta;
- Ofertar cursos em parceria com outros órgãos de governo e instituições públicas.

IV. NÃO ESCOPO DO PROJETO

- Apoio à implantação de projetos desenvolvidos no âmbito de processos formativos;
- Bolsa para alunos dos processos formativos;
- Formação com objetivo de reinserção profissional de pessoas com problemas com drogas;
- Financiar processos formativos em instituições privadas.

V. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Integrar formação	Implementar novo modelo de Centro

	presencial e a distância sobre política de drogas	Regional de Referência, integrado ao portal de formação e seus conteúdos.
2	Reordenar política de formação à distância	Implantar portal de formação permanente à distância.
3	Apoiar os processos formativos das redes de serviços públicos quem têm interface com as políticas sobre Drogas	Ofertar conteúdo sobre drogas e pactuar a sua inserção nos processos formativos das redes de educação, saúde, assistência social, dentre outras.

VI. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa - Integrar formação presencial e a distância sobre política de drogas		01/02/16	14/10/2016
1.1	Pacote de trabalho: Definir novo modelo de CRR que contemple vinculação dos alunos ao portal de formação e a utilização de seus conteúdos		01/02/16	13/06/2016
1.1.1	Criar sistema de acompanhamento dos CRR	1.1.2	01/02/16	01/08/16
1.1.2	Definir novos parâmetros de custos dos processos formativos		02/05/2016	10/05/2016
1.1.3	Definir termo de referência que contemple novo modelo de CRR	1.1.2	02/05/2016	13/05/2016
1.1.4	Realizar consulta sobre novo modelo do CRR	1.1.2	16/05/2016	20/05/2016
1.1.5	Publicar novo termo de referência	1.1.3	23/05/2016	13/06/2016

	para implantação de CRR			
1.2	Pacote de trabalho: Criar e manter CRR de acordo com novo modelo		23/05/2016	14/10/2016
1.2.1	Repactuar novos planos de trabalho com os CRRs vigentes	1.1.3	23/05/2016	14/10/2016
1.2.2	Implantar 10 novos CRR	1.1.3	23/05/2016	30/06/2016
1.2.3	Elaborar e implantar sistemática de troca de experiência entre os CRRs		01/06/2016	30/06/2016
1.2.4	Induzir CRR vigentes à adoção de novo modelo (utilizando portal)	1.1.3	01/06/2016	14/10/2016
2	Resultado esperado/ etapa: Reordenar política de formação à distância		02/05/2016	01/08/2016
2.1	Pacote de trabalho: Implantar o Portal Aberta (Formação)		02/05/2016	01/08/2016
2.1.1	Construir acordo com a UNASUS para compartilhamento de cadastramento e plataforma de conteúdo		02/05/2016	23/05/2016
2.1.2	Integrar OBID e Portal		10/05/2016	01/06/2016
2.1.3	Lançamento da versão beta		01/05/16	10/05/2016
2.1.4	Lançamento do Portal com todas as funcionalidades previstas	2.1.3		01/06/2016
2.1.5	Incluir conteúdos do SUAS, Educação, SINASE e SENASP no Portal.		10/05/2016	30/06/2016
2.1.6	Construir plano de comunicação para divulgação contínua do portal		06/05/2016	01/06/2016
2.1.7	Divulgar o portal	2.1.3	01/05/16	15/06/2016

2.1.8	Construir modelo de certificação dos cursos livres ofertados no portal	2.1.3	01/06/2016	01/08/2016
3	Resultado esperado/ etapa: Apoiar os processos formativos das redes de serviços públicos quem têm interface com as políticas sobre Drogas		10/05/2016	
3.1	Pacote de trabalho: Pactuar com o MEC processos formativos na rede de educação		01/07/2016	01/08/2016
3.1.1	Ofertar conteúdos em política sobre drogas para inserção no SISFOR - MEC	2.1.5	01/07/2016	01/08/2016
3.2	Pacote de trabalho: Pactuar com o MDS processos formativos no SUAS		15/05/2016	01/08/2016
3.2.1	Apoiar na publicação e divulgação do texto sobre SUAS e política de drogas.			15/05/2016
3.2.2	Ofertar conteúdos em política de drogas para inserção no programa Capacita SUAS	2.1.5	01/07/2016	01/08/2016
3.3	Pacote de trabalho: Pactuar com o MS processos formativos no SUS		10/05/2016	01/09/2016
3.3.1	Adaptar conteúdos do Guia AD e Caminhos do Cuidado para o Portal de Formação da SENAD/MJ	2.1.3	10/05/2016	30/06/2016
3.3.2	Realizar integração dos percursos formativos da saúde mental SUS com as ações da SENAD/MJ		01/08/2016	01/09/2016

3.3.3	Ofertar conteúdos em política de drogas para inserção na UNASUS e outras ações de educação e formação do SUS		01/07/2016	01/08/2016
3.4	Pacote de trabalho: Ofertar conteúdos em políticas sobre drogas para inserção nas ações de formação do SENASP	2.1.5	01/07/2016	01/08/2016
3.5	Pacote de trabalho: Ofertar conteúdos em políticas sobre drogas para inserção nas ações de formação do SINASE	2.1.5	01/07/2016	01/08/2016
3.6	Pacote de trabalho: Ofertar conteúdos em políticas sobre drogas para inserção nas ações de formação dos conselheiros tutelares e de direitos	2.1.5	01/07/2016	01/08/2016
3.7	Pacote de trabalho: Realizar duas edições de especialização em gestão intersectorial de políticas sobre drogas		01/01/16	d01/12/18
3.7.3	Celebrar acordo de cooperação com a Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ para realização do curso		01/01/16	01/05/16
3.7.4	Realizar primeira edição do curso de especialização		01/03/17	01/12/17
3.7.5	Realizar segunda edição do curso de especialização		01/03/18	01/12/18
3.8	Pacote de trabalho: Definir estratégias de vinculação dos participantes dos cursos ofertados	2.1.3	01/12/17	

nas redes ao Portal de Formação

2) Nome do Projeto: **ARTICULAÇÃO DE REDE INTERSETORIAL**

I. **OBJETIVO DO PROJETO**

Como objetivo geral deste projeto, tem-se:

- Apoiar municípios na articulação e organização de redes intersetoriais que envolvam a saúde, assistência social, educação, trabalho, segurança, dentre outras, para reduzir o impacto social do álcool e outras drogas em 95% dos municípios que aderiram ao Programa Crack é Possível Vencer.

Como objetivos específicos:

- Fomentar a criação e o funcionamento regular e contínuo de instâncias de gestão para fortalecer capacidade de governança na política de drogas local;
- Promover rotina de encontros dos atores envolvidos em modelo de fórum intersetorial como espaço de discussão e formação permanente nas políticas sobre drogas;
- Auxiliar a construção e implantação de linhas de cuidado e protocolos locais de atenção ao usuário de crack, álcool e outras drogas;

II. **JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

A articulação é um desafio para as políticas públicas, organizadas historicamente de forma temática e setorial. Como a questão das drogas é transversal, o funcionamento articulado e sistêmico das ações de prevenção e dos serviços que atendam pessoas com problemas com drogas é essencial para sua eficácia e qualidade.

É importante salientar que o conceito de redes é de difícil aplicação na prática, devido à sua multiplicidade, variabilidade e diferença de atores, instituições, recursos, objetivos, gerenciamentos e entendimentos distintos.

Esse projeto pretende integrar nos territórios os serviços, muitos deles inovadores, cuja expansão ocorreu nos últimos anos. A integração promovida por essa proposta dar-se-á partindo de estratégias de contratualização local que fomentem a cooperação e co-responsabilidade das redes em suas ações, com a finalidade última de garantir a expansão do acesso e acolhimento com qualidade para aqueles que necessitam de cuidado. O projeto é executado pela Fundação Oswaldo Cruz.

III. ESCOPO DO PROJETO

O escopo do projeto é dividido em quatro eixos de atuação:

- Eixo 1 – Fortalecer capacidade de governança
 - Analisar o funcionamento do Comitê Gestor (regularidade das reuniões /representatividade);
 - Apoiar no planejamento integrado entre os diversos setores;
 - Assessorar no fortalecimento da capacidade de governança.

- Eixo 2 – Qualificar instâncias intersetoriais
 - Identificar e mapear pontos de atenção e atores com potencialidade de compor rede;
 - Identificar necessidade de formação dos atores da rede, bem como articular com os CRRs e consultorias;
 - Promover ou fortalecer espaços de discussão intersetorial entre trabalhadores da rede;
 - Promover ou fortalecer espaços de participação dos usuários de drogas;
 - Auxiliar na implantação ou fortalecimento do controle social em políticas sobre drogas, através de Conselhos Municipais / Estaduais.

- Eixo 3 – Auxiliar na implementação da rede de prevenção, cuidado e reinserção social

- Promover discussão sobre os casos clínicos mais complexos de abuso de drogas;
- Auxiliar na formulação de linhas de cuidado de acordo com as necessidades locais;
- Contribuir com a implantação de linhas de cuidado e protocolos locais de atenção aos usuários de drogas;

- Articular parcerias com os programas de prevenção desenvolvidos localmente;
- Apoiar projetos e políticas de reinserção social.

- Eixo 4 - Acompanhamento dos entes federados após 1º Ciclo do Projeto
 - Promover acompanhamento no ente federado para fortalecer a governança do Comitê Gestor;
 - Estimular a qualificação/formação continuada das instancias intersetoriais;
 - Auxiliar na implementação da rede de prevenção, cuidado e reinserção social.

IV. NÃO ESCOPO

- Financiamento e implantação de serviços de atenção a pessoas com problemas com drogas.

V. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Fortalecer Capacidade de Governança	O resultado do fortalecimento da governança representará que todos os municípios / Estados contemplados estarão com reuniões sistemáticas do seu Comitê Gestor de Políticas sobre Drogas e em pleno funcionamento com ferramentas integradas de planejamento, monitoramento e avaliação das redes intersetoriais.

2	Qualificar instâncias intersetoriais	O resultado significa que as instâncias intersetoriais de trabalhadores/usuários estarão com formação adequada, bem como com espaços de discussão sistemáticos sobre processos das redes de serviços públicos (casos clínicos, PTS/PIA, integração no território etc.).
3	Auxiliar na implementação da rede de prevenção, cuidado e reinserção social	Esse resultado pretende instituir linhas de cuidado intersetorial em consonância com a política nacional sobre drogas, bem como com as evidências científicas que fundamentam boas práticas na prevenção e atenção aos usuários de crack, álcool e outras drogas.
4	Acompanhamento dos entes federados após 1º Ciclo do Projeto	Este acompanhamento tem como resultado o fortalecimento da governança local na política sobre drogas, contribuindo para a continuidade e permanência dos espaços intersetoriais com a participação de gestores, trabalhadores e usuários, como comitês, fóruns e conselhos.

VI. CRONOGRAMA

ID	Entrega/Pacote de trabalho Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Fortalecer Capacidade de Governança		01/02/2016	30/12/2016
1.1	Pacote de Trabalho: Analisar o funcionamento do Comitê Gestor de Políticas sobre Drogas (regularidade das reuniões /representatividade) nos 33 novos municípios e 02 estados.		01/02/2016	31/03/2016
1.1.1	Contratar 11 Interlocutores Regionais para acompanhamento dos 55 entes federados (53 municípios e 02 estados);		01/02/2016	15/02/2016

1.1.2	Contratar um articulador (20h/semanais) para 33 municípios e 02 estados;	1.1.1	01/02/2016	28/02/2016
1.1.3	Fazer contatos com as Secretarias municipais de saúde, assistência social, educação, segurança entre outras, com objetivo de levantar informações sobre o funcionamento do Comitê Gestor de Políticas sobre Drogas.	1.1.2	01/03/2016	31/03/2016
1.1.4	Fazer levantamento das atas de reuniões, da presença dos representantes oficiais, dos encaminhamentos gerados etc.	1.1.2	01/03/2016	31/03/2016
1.2	Pacote de Trabalho: Apoiar no planejamento integrado da política sobre drogas nos 33 novos municípios e 02 Estados.		01/03/2016	31/04/2016
1.2.1	Analisar o plano de ação que foi pactuado na adesão do Plano 'Crack é possível Vencer', bem como outros planos se houver com essa temática;		01/03/2016	31/03/2016
1.2.2	Realizar reuniões com os diversos setores para análise e discussão do Plano em tela;	1.2.1	01/04/2016	31/04/2016
1.3	Pacote de Trabalho: Assessorar no fortalecimento da capacidade de governança nos 33 novos municípios e 02 Estados.		01/04/2016	30/12/2016
1.3.1	Participar das reuniões do Comitê, com o objetivo de propor estratégias para fortalecer a governança.	1.1.3	01/04/2016	30/12/2016
1.3.2	Propor ferramentas para integrar os diversos setores na elaboração ou implementação do Plano de Ação.	1.2.2	01/06/2016	30/06/2016
1.3.3	Estabelecer processos sistemáticos de monitoramento e avaliação;	1.3.1	01/06/2016	30/12/2016

2	Resultado esperado/ etapa: Qualificar instâncias intersetoriais		01/04/2016	30/12/2016
2.1	Pacote de Trabalho: Identificar e mapear pontos de atenção e atores com potencialidade de compor Rede nos 33 novos municípios e 02 Estados.		01/04/2016	30/04/2016
2.1.1	Mapear Serviços de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança entre outros que atuam na área;		01/04/2016	30/04/2016
2.1.2	Identificar e pactuar trabalhadores para discussão permanente sobre rede intersetorial e para composição de fórum;	2.1.1	01/04/2016	30/04/2016
2.1.3	Identificar e pactuar usuários para discussão permanente sobre rede intersetorial e para composição de fórum.	2.1.1	01/04/2016	30/04/2016
2.2	Pacote de Trabalho: Identificar necessidade de formação dos atores da rede, bem como articular com os CRRs e consultorias nos 33 novos municípios e 02 estados.		01/03/2016	30/12/2016
2.2.1	Levantar temas necessários para qualificação dos gestores e trabalhadores da rede;	2.1.2	01/03/2016	30/12/2016
2.2.2	Estabelecer parcerias com CRRs para atender as demandas de formação da Rede;	2.2.1	01/03/2016	30/12/2016
2.2.3	Contratar consultoria temática de acordo com a demanda.	2.2.1		
2.2.4	Produzir material acadêmico sobre guia de redes intersetoriais e artigos científicos.	2	01/03/2016	30/12/2016
2.3	Pacote de Trabalho: Promover ou fortalecer espaços de discussão intersetorial entre trabalhadores da rede nos 33 novos municípios e 02 Estados.		01/05/2016	30/12/2016

2.3.1	Estabelecer espaços de discussão intersetorial permanentes como fóruns sobre as diversas demandas em políticas sobre drogas no território.	2.1.2	01/05/2016	30/12/2016
2.4	Pacote de Trabalho: Promover ou fortalecer espaços de participação dos usuários de drogas nos 33 novos municípios e 02 Estados.		01/05/2016	30/12/2016
2.4.1	Estimular a participação dos usuários nos fóruns de discussão, no controle social entre outros.	2.1.3	01/05/2016	30/12/2016
2.5	Pacote de Trabalho: Auxiliar na implantação ou fortalecimento do controle social em políticas sobre drogas, através de Conselhos Municipais / Estaduais, nos 33 novos municípios e 02 estados.		01/05/2016	30/12/2016
2.5.1	Colaborar na efetividade dos Conselhos de políticas sobre drogas de forma paritária.	1.3.1	01/05/2016	30/12/2016
2.5.2	Estimular a realização de conferências sobre drogas.	2.5.1	01/05/2016	30/12/2016
3	Resultado esperado/ etapa: Auxiliar na implementação da rede de prevenção, cuidado e reinserção social.		01/06/2016	30/12/2016
3.1	Pacote de Trabalho: Promover discussão sobre os casos clínicos mais complexos de abuso de drogas nos 33 novos municípios e 02 estados.		01/06/2016	30/12/2016
3.1.1	Estimular discussões dos casos mais complexos no território envolvendo os diversos setores;	2.3.1	01/06/2016	30/12/2016
3.1.2	Identificar as dificuldades existentes na rede de cuidado.	3.1.1	01/06/2016	01/08/2016

3.2	Pacote de Trabalho: Auxiliar na formulação de linhas de cuidado de acordo com as necessidades locais nos 33 novos municípios e 02 estados.		01/08/2016	15/10/2016
3.2.1	Identificar as atividades realizadas nos serviços em políticas sobre drogas para analisar como é desenvolvido o cuidado intersetorial.	3.1.2	01/08/2016	31/08/2016
3.2.2	Assessorar na elaboração de linhas de cuidado de acordo com as necessidades da Rede existente.	3.2.1	01/09/2016	15/10/2016
3.3	Pacote de Trabalho: Contribuir com a implantação de linhas de cuidado e protocolos locais de atenção aos usuários de drogas nos 33 novos municípios e 02 estados.		15/10/2016	30/12/2016
3.3.1	Colaborar na implantação da linha de cuidado elaborada;	3.2.2	15/10/2016	30/12/2016
3.3.2	Definir de forma colegiada protocolos locais intersetoriais de atenção aos usuários.	3.2.2	15/10/2016	30/12/2016
4	Resultado esperado/ etapa: Acompanhamento dos entes federados após 1º Ciclo do Projeto		01/03/2016	30/12/2016
4.1	Pacote de Trabalho: Promover acompanhamento em 21 municípios do 1º ciclo para fortalecer a governança do Comitê Gestor.		01/03/2016	30/12/2016
4.1.1	Participar no mínimo de duas reuniões do comitê gestor por ano;		01/03/2016	30/12/2016
4.1.2	Acompanhar sistematicamente as pautas, atas e deliberações do comitê;		01/03/2016	30/12/2016

4.1.3	Promover a discussão da intersectorialidade na gestão		01/03/2016	30/12/2016
4.2	Pacote de Trabalho: Estimular a qualificação/formação continuada das instâncias intersectoriais em 21 municípios do 1º ciclo.		01/03/2016	30/12/2016
4.2.1	Estabelecer parcerias com CRRs para atender as demandas de formação da Rede.		01/03/2016	30/12/2016
4.2.2	Contratar consultoria pontual para ofertar atividades de formação de acordo com a demanda.		01/03/2016	30/12/2016
4.2.3	Induzir a implementação de processos formativos promovidos pela gestão municipal.		01/03/2016	30/12/2016
4.3	Pacote de Trabalho: Auxiliar na implementação da rede de prevenção, cuidado e reinserção social em 21 municípios do 1º ciclo.		01/03/2016	30/12/2016
4.3.1	Colaborar e acompanhar as linhas de cuidado e protocolos locais intersectoriais de atenção aos usuários;		01/03/2016	30/12/2016
4.3.2	Acompanhar os programas de prevenção local. Acompanhar projetos e políticas de reinserção social.		01/03/2016	30/12/2016

3) Nome do Projeto: **REESTRUTURAÇÃO DO OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Atualizar e modernizar o conteúdo do OBID, otimizando os processos comunicacionais de pesquisas e estatísticas na área de drogas em âmbitos nacional e internacional.

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O site do OBID é uma ferramenta importante para a disseminação das informações sobre drogas relacionadas às drogas e encomendadas e/ou não pela SENAD/MJ. Além disso, o site fornece informações gerais sobre tipos e usos de drogas, prevenção e tratamento, demonstrando ser um recurso de utilidade pública não só para àqueles interessados em informações acadêmicas, mas também a população geral.

III. ESCOPO DO PROJETO

Este projeto se desenvolverá a partir do processo de atualização e modernização do site, o qual seguirá as seguintes etapas:

- 1) revisão do conteúdo do portal do OBID (site OBID anterior);
- 2) inserção dos conteúdos na nova plataforma do site;
- 3) otimização dos processos de comunicação do site por meio da atuação de consultores do PNUD que serão responsáveis por: (a) adequar a linguagem do site às formas contemporâneas de comunicação em meio virtual; (b) avaliação e implementação de comunicação visual do site para otimizar o acesso e compreensão das informações disponibilizadas (feitas de infográficos, esquemas, mapas mentais e etc.).

IV. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Conteúdo revisado e produção de novos	Revisão do conteúdo do antigo portal do OBID para adequação e atualização das

	conteúdos para o portal	informações
2	Portal lançado	Lançamento do novo OBID
3	Mapeamento de instituições AD	Banco de instituições AD integrado ao novo portal OBID

V. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Produção e revisão de conteúdo para o portal		abr/16	ago/16
1.1	Pacote de Trabalho: Definição da estrutura do portal		abr/16	mai/16
1.2	Pacote de Trabalho: Produção de Conteúdos		mai/16	jul/16
1.3	Pacote de Trabalho: Validação dos conteúdos		jun/16	set/16
1.4	Pacote de Trabalho: Definição e demanda de ferramentas necessárias		jun/16	ago/16
2	Resultado esperado/ etapa: Lançamento do novo portal		out/16	nov/16
2.1	Pacote de Trabalho: Articulação estratégica		out/16	out/16
2.2	Pacote de Trabalho: Organização e realização do evento de lançamento		nov/16	nov/16
3	Resultado esperado/ etapa: Mapeamento de instituições AD		out/16	fev/18
3.1	Pacote de Trabalho: Contratação de entidade		out/16	jun/17

	executora			
3.1.1	Elaboração da Minuta do Edital		out/16	nov/16
3.1.2	Revisão Conjur e Ajuste		nov/16	nov/16
3.1.3	Divulgação do Edital		jan/17	mar/17
3.1.4	Seleção da entidade executora		mar/17	abr/17
3.1.5	Contratação de entidade executora		mai/17	jun/17
3.2	Pacote de Trabalho: Realização do mapeamento		jul/17	fev/18
3.2.1	Execução mapeamento		jul/17	dez/17
3.2.2	Resultados preliminares		dez/17	dez/17
3.2.3	Consolidação do mapeamento - banco de dados de instituições AD		jan/18	fev/18
3.2.4	Integração/Divulgação do banco ao Portal OBID		fev/18	fev/18

4) Nome do Projeto: **REGULAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PRESTADOS POR COMUNIDADES TERAPÊUTICAS**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Como objetivo geral deste projeto, tem-se:

- Qualificar 80% dos serviços de atenção em regime residencial transitório financiados pelo governo federal, com a adoção de parâmetros de funcionamento e articulação com a rede de cuidado, respeitando os direitos humanos dos usuários.

Como objetivos específicos:

- Avaliar e fiscalizar continuamente todos os contratos financiados pelo governo federal.
- Induzir a integração dos serviços prestados pelas Comunidades Terapêuticas - CTs aos serviços prestados pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

- Qualificar os serviços prestados pelas CTs, a partir dos parâmetros de avaliação de serviço estabelecidos.

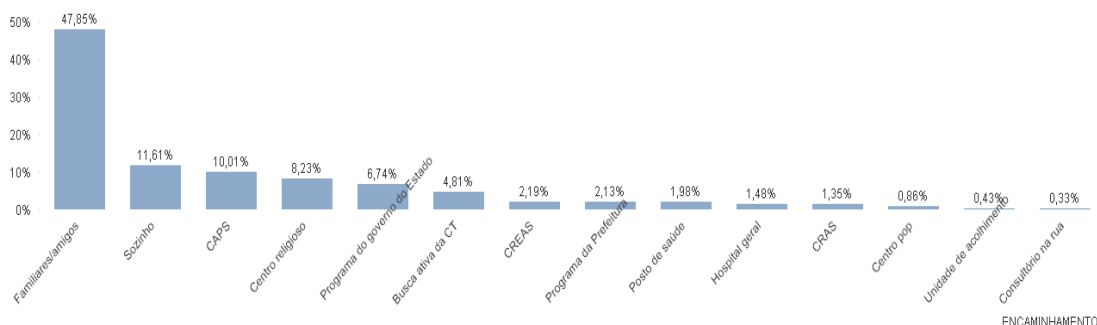
II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Desde 2011, o governo federal tem desenvolvido formas de aproximação e financiamento de organizações sociais denominadas Comunidades Terapêuticas. A partir de 2012, a SENAD/MJ foi designada para financiar a prestação de serviços de acolhimento residencial transitório nessas instituições, por meio de contratos. A execução desses contratos é acompanhada, pelo Governo Federal, por meio de fiscalizações in loco, dentre outras ferramentas. Mas, no desenvolvimento dessa atividade, ficou evidente a necessidade de avaliar a qualidade de como os serviços são prestados e os impactos que essa ação exercia sobre a população.

Dessa forma, em adição a iniciativas de pesquisa e sistematização de informações e instada pela Resolução nº1 de 2015 do CONAD, a SENAD/MJ formulou projeto que se estruturou em torno de algumas premissas e informações:

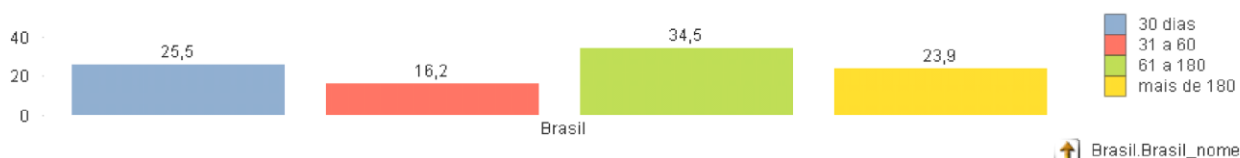
- O serviço de acolhimento residencial transitório em Comunidades Terapêuticas deve estar disponível no território como uma das ofertas de uma rede intersetorial de cuidado articulada. Tal serviço tem papel complementar à rede pública de saúde e assistência e deve ter o seu acesso regulado por essa rede.(art. 22, Resolução nº1 do CONAD de 2015).
- Dados pesquisados revelam que cerca de 72% dos acolhimentos tem indicação de demanda espontânea ou de organismos que não são públicos ou especializados .

Dados de encaminhamento



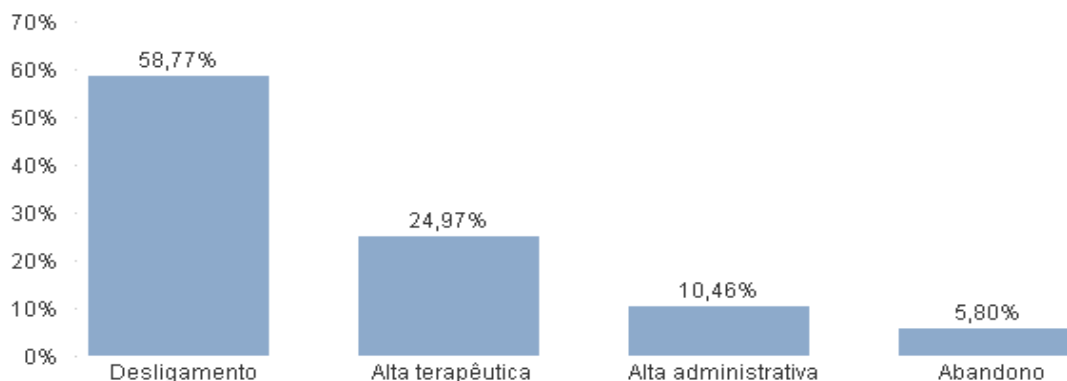
- Há grande rotatividade dos acolhidos e alta taxa de desistência dos projetos terapêuticos propostos pelas Comunidades. É necessário investigar o que causa tal constatação, mas os dados podem indicar que o serviço e o projeto terapêutico proposto por algumas comunidades são inadequados para os acolhidos ou que algumas pessoas com perfil inadequado estão sendo acolhidas em comunidades.

- Cerca de 41% dos acolhimentos duram menos que 60 dias, sendo que cerca de 75% os projetos terapêuticos propostos têm mais de 6 meses de duração.



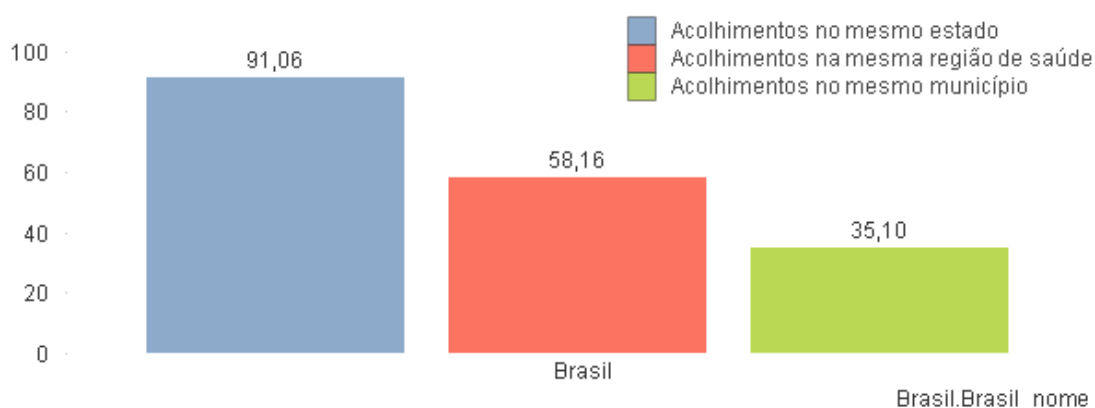
- Apenas 25% cumprem até o final o projeto terapêutico proposto.

Motivo de Desligamento



- Para efetiva integração dos serviços prestados pelas Comunidades Terapêuticas à rede de serviços públicos de saúde e assistência social, é necessário convergir para a territorialização da oferta do serviço de acolhimento transitório. Dados de cruzamento entre a residência dos acolhidos e o local da entidade acolhedora revelam que há importante parcela dos acolhimentos ocorrendo fora da região de demanda.
 - Apenas 58% dos acolhimentos ocorrem dentro da mesma região de saúde.

Teritorialização dos acolhimentos



A partir da experiência de fiscalização e entendendo o contexto em que esses serviços estão sendo prestados, constata-se pouca padronização e

ausência de parâmetros consistentes de avaliação da qualidade do serviço oferecido.

A ausência de clareza sobre o tipo de serviço oferecido e o papel dessas instituições na rede aprofunda as dificuldades de reconhecimento mútuo entre comunidades terapêuticas e a rede de serviços públicos.

Assim, um projeto que lide com os problemas identificados ao longo dessa recente experiência da SENAD/MJ no financiamento dos serviços de acolhimento transitório precisa, por um lado, caracterizar os serviços prestados pelas entidades e construir parâmetros de avaliação desses serviços, com metodologias aplicáveis de aferição; e, por outro lado, desenvolver ações que busquem a qualificação dos serviços, por meio de aproximação com a rede pública e/ou por meio de melhoria de seus recursos e processos internos.

III. ESCOPO DO PROJETO

O projeto é dividido em três eixos de atuação:

Eixo 1 – Avaliação e fiscalização:

- Aprimoramento da metodologia de avaliação da qualidade dos serviços prestados e da fiscalização dos contratos estabelecidos.
- Aferição de qualidade e intensificação da fiscalização.
- Desenvolvimento de módulo específico no sistema SISCT.

Eixo 2 – Integração a rede:

- Definição de metodologia que permita a regulação das CTs e a integração junto à RAPS e SUAS.
- Inclusão de módulo específico no sistema SISCT.

Eixo 3 – Qualificação dos serviços prestados:

- Capacitação de pessoas nas CTs.
- Promoção e divulgação de boas práticas.

IV. NÃO ESCOPO DO PROJETO

- Processo de qualificação dos serviços e integração da atuação das CT's em rede é desvinculado de políticas públicas de segurança pública.
- Não haverá custeamento direto para o aparelhamento (reformas ou equipamentos) das CTs durante o processo de regulação e qualificação.
- Qualificação de comunidades terapêuticas que não sejam financiadas por recursos federais.

V. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Avaliação e fiscalização das comunidades terapêuticas.	Definição de parâmetros de avaliação de serviços de CT; Aplicação da avaliação em todos os serviços contratados; Aprimoramento da fiscalização de contratos.
2	Rede integrada	Qualificação dos serviços prestados por CT, por meio de regulação do acesso ao serviço pela rede pública; Qualificação dos serviços prestados por meio da integração de atividades das CT à RAPS e ao SUAS.
3	Melhoria dos serviços prestados pelas CTs.	Seleção e disseminação de boas práticas; Oferta de qualificação para as equipes dos serviços; outras ações que se mostrem necessárias a partir da aplicação das avaliações.

VI. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Avaliação e fiscalização das comunidades terapêuticas			
1.1	Pacote de trabalho: Definir e Publicar parâmetros de avaliação em processo amplo de discussão		01/12/2015	31/05/2017
1.1.1	Contratar consultor		01/12/2015	31/01/2016
1.1.2	Elaborar inventário do que existe de bibliografia sobre qualidade de serviço em CT	1.1.1	01/02/2016	31/05/2016
1.1.3	Instituir GT de especialistas e formular proposta de parâmetros de avaliação e metodologia de aferição	1.1.2	01/06/2016	30/11/2016
1.1.4	Realizar oficinas para discussão da metodologia e Implementar piloto de avaliação para testes da metodologia		01/12/2016	31/03/2017
1.1.5	Planejar e executar seminário para discussão mais ampla do trabalho	1.1.4	03/04/2017	17/05/2017
1.1.6	Formatar e publicar manual de parâmetros de avaliação e de metodologia de aferição	1.1.4	03/04/2017	31/05/2017
1.2	Pacote de trabalho: Ajustar metodologia de fiscalização e realizar fiscalização com maior frequência		14/03/2016	14/03/2017
1.2.1	Ajustar fiscalização e estabelecer fluxo de informação entre parceiros e SENAD/MJ		14/03/2016	14/03/2017
1.2.2	Fazer acordos de cooperação para a fiscalização	1.2.1	14/03/2016	14/03/2017
1.3	Pacote de trabalho: Avaliar CTs com a metodologia desenvolvida		01/06/2017	01/12/2021

1.3.1	Estabelecer acordos de cooperação ou contratação para a avaliação	1.1.6	01/06/2017	01/06/2018
1.3.2	Avaliar continuamente os serviços	1.3.1	04/06/2018	01/12/2021
1.4	Pacote de trabalho: Aprimorar o sistema SISCT com módulo de fiscalização		14/03/2016	26/04/2016
1.4.1	Implementar módulo de fiscalização	1.2.1	14/03/2016	26/04/2016
1.5	Pacote de trabalho: Aprimorar o sistema SISCT com módulo de avaliação		01/06/2017	12/10/2017
1.5.1	Implementar módulo de avaliação	1.1.6	01/06/2017	12/10/2017
2	Resultado esperado/ etapa: Rede integrada		01/01/2016	31/07/2017
2.1	Pacote de trabalho: Estabelecer metodologia de Regulação (com projeto piloto)		01/01/2016	29/06/2016
2.1.1	Estabelecer acordos de regulação de vagas com estados ou municípios (2 ou 3)		01/01/2016	28/02/2016
2.1.2	Acompanhar a construção do processo de regulação territorializada, nas diferentes configurações do território	2.1.1	29/02/2016	30/05/2016
2.1.3	Sistematizar os modelos possíveis de regulação	2.1.2	31/05/2016	29/06/2016
2.2	Pacote de trabalho: Estabelecer parcerias e instituir regulação territorializada		30/06/2016	31/07/2017
2.2.1	Elaborar termos de parceria	2.1.3	30/06/2016	29/07/2016
2.2.2	Firmar parcerias	2.2.1	01/08/2016	31/07/2017
2.3	Pacote de trabalho: Padronizar metodologia e integração entre SUAS e RAPS		30/06/2016	29/06/2017
2.3.1	Estabelecer parâmetros técnicos de inserção do acolhimento no PTS	2.1.3	30/06/2016	30/12/2016
2.3.2	Propor fluxo de informação e de trabalho entre as redes e as CT, especialmente sobre acompanhamento e contrarreferência na saída do acolhido	2.3.1	02/01/2017	29/06/2017
2.4	Pacote de trabalho: Aprimorar o sistema SISCT com módulo de integração de rede (regulação)		30/06/2016	29/09/2016

2.4.1	Estabelecer módulo de regulação	2.1.3	30/06/2016	29/09/2016
2.5	Pacote de trabalho: Aprimorar o sistema SISCT com módulo de integração de rede (Prontuário compartilhado - PTS)		02/01/2017	30/03/2017
2.5.1	Estabelecer módulo de prontuário compartilhado	2.3.1, 2.4.1	02/01/2017	30/03/2017
3	Resultado esperado/ etapa: Melhoria dos serviços prestados pelas CTs		02/01/2017	28/02/2020
3.1	Pacote de trabalho: Oferta de formação continuada para os profissionais que atuam nas CT		01/06/2017	28/02/2020
3.1.1	Definir estratégias de educação à distância e presencial para formar os agentes das CT nas principais deficiências identificadas na avaliação	1.1.6	01/06/2017	28/09/2017
3.1.2	Implementar e disseminar estratégias de educação à distância e presencial para formar os agentes das CT nas principais deficiências identificadas na avaliação	3.1.1	29/09/2017	28/02/2020
3.2	Pacote de trabalho: Identificar e divulgar as boas práticas estabelecidas entre as CTs		04/06/2018	03/12/2018
3.2.1	Contratar consultor para selecionar boas práticas e editar publicação para o primeiro ciclo	1.3.1	04/06/2018	03/07/2018
3.2.2	Selecionar boas práticas do primeiro ciclo	3.2.1	04/07/2018	02/10/2018
3.2.3	Publicar e disseminar seleção de boas práticas do primeiro ciclo	3.2.2	03/10/2018	03/12/2018
3.2.4	Contratar consultor para selecionar boas práticas e editar publicação para o segundo ciclo	1.3.1	04/06/2018	03/07/2018
3.2.5	Selecionar boas práticas do segundo ciclo	3.2.4	04/07/2018	02/10/2018
3.2.6	Publicar e disseminar seleção de boas práticas do segundo ciclo		03/10/2018	03/12/2018

3.3	Pacote de trabalho: Oferta de profissional que fomente a construção de institucionalidade da relação das CT com a rede de serviços públicos		02/01/2017	01/01/2018
3.3.1	Contratar profissionais responsabilizados por institucionalizar a relação entre CT e a rede pública em recortes Territoriais	2.1.3, 2.3.1	02/01/2017	01/01/2018

5) Nome do Projeto: **FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase em crianças, adolescentes e jovens

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Organização Mundial de Saúde organizou um documento no qual recomenda diretrizes da prevenção que utilizem estratégias para fortalecimento dos fatores de proteção, com foco para o desenvolvimento de habilidades de vida, como aumento da capacidade, especialmente de crianças e adolescentes para manejarem as suas emoções, desenvolver a criatividade e o pensamento crítico, serem autônomas para a resolução de problemas e tomada de decisão mais assertivas. Ainda nessa mesma perspectiva, há a indicação que o fortalecimento dos vínculos familiares é um importante fator de proteção para a prevenção do comportamento de risco para o abuso prejudicial de álcool e outras drogas, em especial, entre o público adolescente.

Pesquisas publicadas na área da prevenção de drogas apontam que iniciativas pontuais e sem continuidade, ausência de rigor metodológico no planejamento e avaliação, dentre outros aspectos de projetos de prevenção, não

possibilitam o desenvolvimento de ações que efetivamente se revelem como protetivas. Também não são indicadas intervenções que não favoreçam o protagonismo do público alvo, bem como aquelas pautadas na disponibilização de informações, através de palestras e seminários, por exemplo.

Desde o ano de 2012, os Ministérios da Saúde e da Justiça, numa parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), vêm buscando identificar e consolidar a adoção de estratégias eficazes de prevenção do uso indevido de drogas.

Nessa perspectiva, foram identificados três projetos de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas com êxito comprovado internacionalmente (Kellam et al.; 2008; Faggiano et al., 2008; Kumpfer et al., 2012) e que desenvolvem ações com vistas a melhoria dos vínculos familiares e comunitários, promoção da saúde mental e ampliação de habilidades de vida de jovens e famílias (Botvin & Griffin, 2004). Os projetos que foram adaptados ao contexto brasileiro e que vêm sendo aplicados no Brasil desde 2013 são:

- O “Famílias Fortes” (adaptado do programa Strengthening Families Program) para jovens de 10 a 14 anos e seus responsáveis (comunitário) é implementado em equipamentos da assistência social;
- O “Elos” (adaptado do do programa Good Behavior Games) para crianças de 06 a 10 anos é implementado em escolas públicas municipais;
- O “#Tamojunto” (adaptado do programa Unplugged) para jovens de 13 e 14 anos é implementado em escolas públicas estaduais e municipais.

III. ESCOPO DO PROJETO

- Criar comitê de trabalho interministerial;
- Identificar, avaliar e adaptar tecnologias no campo da prevenção à política de drogas e à nossa cultura;

- Articular redes de saúde, educação e assistência social (prioritariamente) para as ações dos projetos de prevenção em cerca de 81 municípios selecionados pelo Plano Nacional de Redução de Homicídios - PNRH;
- Treinar profissionais da rede de saúde, educação e assistência social (prioritariamente), em mais de 81 municípios selecionados pelo PNRH, para atuar na prevenção do uso prejudicial de drogas;
- Implantar, acompanhar e monitorar no mínimo três programas de prevenção do uso prejudicial de drogas, em mais de 81 municípios, selecionados pelo PNRH;
- Desenvolver política de prevenção ao uso prejudicial às drogas, com ênfase na pesquisa sobre prevenção.

IV. NÃO ESCOPO DO PROJETO

- Articular as redes de atenção aos usuários de drogas e seus familiares para efetivamente atuarem de forma intersetorial;
- Fazer referência para rede SUAS e SUS, caso haja demanda por parte de algum participante.

V. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Formular uma política de prevenção ao uso de drogas	Definir política de prevenção ao uso de drogas, com participação de vários ministérios, com ênfase numa política de pesquisa em prevenção.
2	Identificar e desenvolver Programas de Prevenção	Identificar e adaptar programas de prevenção às drogas nacionais e internacionais
3	Apoiar implementação de	Implementar e monitorar programas de

Programas de Prevenção em 81 municípios	prevenção em 81 municípios brasileiros
---	--

VI. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programa do	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Formular uma política de prevenção ao uso de drogas			
1.1	Pacote de Trabalho: Implementar Grupo de Trabalho de Prevenção	Identificar atores sociais para o GT		dez/16
1.1.1	Realizar articulação com Ministérios	Identificar atores sociais para o GT		
1.1.2	Elaborar e publicar portaria que institui o grupo de trabalho	Realizar grupos e estudar o cenário		set/16
1.2	Pacote de Trabalho: Implementar Comitê (iniciar as reuniões)			
1.3	Pacote de Trabalho: Estabelecer política de prevenção			
1.3.1	Construir diretrizes e orientações			dez/16
1.3.2	Definir linhas de pesquisa para avaliação de novos programas			
1.3.3	Produzir, aprovar e publicar texto da política de prevenção no país			2017

2	Resultado esperado/ etapa: Identificar e desenvolver Programas de Prevenção		abr/16	dez/17
2.1	Pacote de Trabalho: Identificar Pesquisadores		abr/16	abr/16
2.2	Pacote de Trabalho: Identificar Programas Nacionais e Internacionais		abr/16	dez/16
2.3	Pacote de Trabalho: Adaptar culturalmente os programas à política nacional sobre drogas		jan/17	jun/17
2.4	Pacote de Trabalho: Criar sistemas de implementação em larga escala		jun/17	dez/17
2.5	Pacote de Trabalho: Disponibilizar portfólio com programas de prevenção		dez/17	dez/17
3	Resultado esperado/ etapa: Apoiar implementação de Programas de Prevenção em 81 municípios		jun/15	nov/17
3.1	Pacote de Trabalho: Implantar 3 programas de prevenção em 20 municípios/ no estado do Ceará	Identificar os municípios	jun/2015	jan/16
3.1.1	Pactuar com gestão municipal a implantação do projeto	Realizar reuniões de pactuação com gestores municipais quanto às contrapartidas federais e municipais	jun/15	mai/16

3.1.2	Seleção, contratação e formação do formador federal	Abertura de edital de seleção, seleção e contratação	jul/15	dez/15
3.1.3	Preparação para implementação - diagnóstico, definição de plano de ação e treinamento de profissionais	Realização de estudo sobre o território, visita aos serviços e escolas selecionadas, apresentação do programa aos professores, facilitadores e multiplicadores dos programas	jul/15	mai/16
3.1.4	Início da implementação dos projetos em sala de aula	Adesão da gestão municipal, sensibilização dos atores, treinamento dos professores e facilitadores, organização para a aplicação das atividades nas escolas e serviços	jul/15	jun/16
3.1.5	Acompanhar, monitorar e avaliar a aplicação de 3 programas	Realizar encontros de monitoramento, visita às escolas e aos serviços	ago/15	dez/17
3.2	Pacote de Trabalho: Implantar 3 programas de prevenção em 03 municípios do RN	Identificar os municípios	jul/15	jul/15
3.2.1	Pactuar com gestão municipal a implantação do projeto	Realizar reuniões de adoção e pactuação com gestores municipais quanto às contrapartidas federais e municipais	jul/15	jul/15
3.2.2	Seleção, contratação e formação do formador federal	Abertura de edital de seleção, seleção e contratação	jul/15	dez/15

3.2.3	Preparação para implementação - diagnóstico, definição de plano de ação e treinamento de profissionais	Realização de estudo sobre o território, visita aos serviços e escolas selecionadas, apresentação do programa aos professores, facilitadores e multiplicadores dos programas	ago/15	dez/16
3.2.4	Início da implementação dos projetos em sala de aula	Adesão da gestão municipal, sensibilização dos atores, treinamento dos professores e facilitadores, organização para a aplicação das atividades nas escolas e serviços	fev/16	mai/16
3.2.5	Acompanhar, monitorar e avaliar a aplicação de 3 programas	Realizar encontros de monitoramento, visita as escolas e serviços	fev/16	nov/17
3.3	Pacote de Trabalho: Implantar 3 programas de prevenção em 02 municípios de PE e 01 município de SE	Identificar os municípios	mar/16	mar/16
3.3.1	Pactuar com gestão municipal a implantação do projeto	Realizar reuniões de adoção e pactuação com gestores municipais quanto às contrapartidas federais e municipais	mar/16	abr/16
3.3.2	Seleção, contratação e formação do formador federal	Abertura de edital de seleção, seleção e contratação	jul/16	ago/16
3.3.3	Preparação para implementação - diagnóstico, definição de	Realização de estudo sobre o território, visita aos serviços e escolas	ago/16	dez/16

	plano de ação e treinamento de profissionais	selecionadas, apresentação do programa aos professores, facilitadores e multiplicadores dos programas		
3.2.4	Início da implementação dos projetos em sala de aula	Adesão da gestão municipal, sensibilização dos atores, treinamento dos professores e facilitadores, organização para a aplicação das atividades nas escolas e serviços	set/16	mar/16
3.3.5	Acompanhar, monitorar e avaliar a aplicação de 3 programas	Realizar encontro de monitoramento, visita às escolas e aos serviços	set/16	nov/17
3.4	Pacote de Trabalho: Implantar 3 programas de prevenção em 01 municípios da BA e 01 município a definir	Identificar os municípios	mar/16	jul/16
3.4.1	Pactuar com gestão municipal a implantação do projeto	Realizar reuniões de adoção e pactuação com gestores municipais quanto às contrapartidas federais e municipais	mar/16	jul/16
3.4.2	Seleção, contratação e formação do formador federal	Abertura de edital de seleção, seleção e contratação	jul/16	ago/16
3.4.3	Preparação para implementação - diagnóstico, definição de plano de ação e treinamento de profissionais	Realização de estudo sobre o território, visita aos serviços e escolas selecionadas, apresentação do	ago/16	dez/16

		programa aos professores, facilitadores e multiplicadores dos programas		
3.4.4	Início da implementação dos projetos em sala de aula	Adesão da gestão municipal, sensibilização dos atores, treinamento dos professores e facilitadores, organização para a aplicação das atividades nas escolas e serviços	set/16	mar/16
3.4.5	Acompanhar, monitorar e avaliar a aplicação de 3 programas	Realizar encontro de monitoramento, visita às escolas e aos serviços	set/16	nov/17
3.5	Pacote de Trabalho: Publicar livro sobre a experiência de implantação de três programas de prevenção em 28 municípios Brasileiros, de 5 estados do Nordeste Brasileiro	Três programas de prevenção implantados e monitorados em 28 municípios brasileiros, identificação de autores, seleção dos textos, revisão dos textos, diagramação do livro.	dez/16	nov/17

6) Nome do Projeto: **DIAGNÓSTICO SOBRE O USO DE DROGAS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Conhecer e divulgar a magnitude do uso de drogas e suas consequências entre distintos estratos da população brasileira visando gerar evidências para a elaboração de políticas públicas nas áreas de redução da demanda e da oferta de drogas.

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A elaboração de políticas públicas baseadas em evidências científicas é uma demanda de qualidade na atuação de gestores públicos. Nesse sentido, conhecer a situação sobre as drogas no país apontando a magnitude do uso e suas consequências permite um diagnóstico integral da situação, permitindo assim a elaboração de ações mais adequadas e eficazes entre as distintas esferas que atuam na área de Políticas sobre Drogas.

Considerando que toda produção de conhecimento é feita em parceria com Instituições de Pesquisa públicas ou sem fins lucrativos, o processo se inicia pela elaboração de Editais pela área técnica, que são submetidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça sendo posteriormente ajustados e publicados para o início do recebimento de propostas. Essas propostas são submetidas a uma Comissão, previamente constituída, majoritariamente por membros da academia, que elege aquela proposta que melhor satisfaz os critérios previamente estabelecidos no Edital. Após as etapas de resultado preliminar e final, a área técnica constitui junto à Universidade um espaço para o aperfeiçoamento do Plano de Trabalho visando estabelecer mecanismos de controle e acompanhamento eficazes, dentro das metas e produtos para satisfazer a demanda inicial que gerou a elaboração do instrumento de seleção. Após um intenso processo de negociação, o Plano de Trabalho é finalmente acordado, resultando assim em um anexo ao Instrumento de Cooperação (Convênio/Termo de Cooperação, entre outros) que segue trâmites adequados à sua validação jurídica. Dentro do marco de metas/prazos/produtos o projeto e acompanhando até que sejam produzidos todos os seus produtos, sendo comum nas pesquisas a publicação em formato físico e digital de uma publicação com conteúdo descritivo e analítico que prévia à sua publicação, passa por intenso processo de revisão e aprovação parcial e final da área técnica. Nesse contexto, a expectativa é de produção de 4 Relatórios de Pesquisa: o III Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas, o VII Levantamento sobre Uso de Drogas entre Estudantes, o II Relatório Brasileiro sobre Drogas, o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Prisional Brasileira e o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas entre os adolescentes e jovens

em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

III. ESCOPO DO PROJETO

- Realização de quatro pesquisas:
 - Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas
 - Levantamento sobre uso de drogas entre estudantes
 - Relatório Brasileiro sobre Drogas II
 - I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Prisional Brasileira e o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas entre os adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- Preparar edital para realização de terceira edição do Relatório Brasileiro sobre Drogas
- Identificar linhas inovadoras de investigação sobre drogas, com ênfase nas temáticas “Mulheres/criança” e “sistema de justiça”.

IV. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	III Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas	Estimativa e avaliação dos parâmetros epidemiológicos do uso de drogas na população de todo território nacional – inclusive população rural – entre 12 e 65 anos, de ambos os sexos.
2	VII Levantamento sobre Uso de Drogas entre Estudantes	Estimativa e avaliação os parâmetros epidemiológicos do uso de drogas entre Estudantes de ensino fundamental e médio.

3	II Relatório Brasileiro sobre Drogas	Promover diagnóstico e traçar um panorama atualizado da realidade brasileira sobre a oferta e a demanda de drogas, bem como suas consequências.
4	III Relatório Brasileiro sobre Drogas	Preparar edital para realização da terceira edição do Relatório Brasileiro sobre drogas
5	Identificar linhas inovadoras de investigação	Estabelecer linhas de pesquisa sobre drogas relacionadas às temáticas mulheres/ crianças e sistema de justiça
6	I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Prisional Brasileira e I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas entre os adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	Realização de pesquisa sobre o consumo de drogas entre população carcerária e adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no SINASE.

V. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Realizar Levantamento Domiciliar sobre uso de drogas		mai/16	dez/16
1.1	Pacote de Trabalho: Análise dos primeiros resultados		mai/16	jun/16
1.2	Pacote de Trabalho: Revisão da versão prévia do relatório		ago/16	set/16
1.3	Pacote de Trabalho: Entrega versão final		out/16	nov/16
1.4	Pacote de Trabalho: Divulgação dos resultados		dez/16	jan/17
1.5	Pacote de Trabalho: Revisão da tradução para Inglês e Espanhol		nov/16	jan/17
1.6	Pacote de Trabalho: Prestação de Contas		dez/16	
2	Resultado esperado/ etapa: Realizar Levantamento sobre uso de drogas entre Estudantes		abr/16	fev/18
2.1	Pacote de Trabalho: Contratar entidade executora		abr/16	out/16
2.1.1	Elaboração da Minuta do Edital		abr/16	abr/16
2.1.2	Revisão Conjur		abr/16	mai/16
2.1.3	Publicação e Divulgação do Edital		mai/16	jun/16
2.1.4	Seleção da entidade executora		mai/16	ago/16
2.1.5	Contratação de entidade executora		set/16	out/16
2.2	Pacote de Trabalho: Realizar Levantamento		nov/16	fev/18

2.2.1	Coleta de dados		nov/16	ago/17
2.2.2	Análise de Produtos Preliminares		fev/17	out/17
2.2.3	Análise de Produto Final - Publicação		out/17	dez/17
2.2.4	Divulgação		jan/18	jan/18
2.3	Pacote de Trabalho: Prestação de Contas		fev/18	
3	Resultado esperado/ etapa: Realizar Relatório Brasileiro sobre Drogas II		jan/16	abr/17
3.1	Pacote de Trabalho: Contratação de entidade executora - revisão e adequação do plano de trabalho e assinatura do instrumento de colaboração		jan/16	abr/16
3.2	Pacote de Trabalho: Publicar Relatório		jan/16	abr/17
3.2.1	Início coleta de dados - levantamento dos bancos de dados		jan/16	mai/16
3.2.2	Processamento dos dados e condução de análises estatísticas		jun/16	out/16
3.2.3	Revisão do relatório preliminar pela Senad		out/16	nov/16
3.2.4	Entrega Relatório Final		nov/16	jan/17
3.2.5	Tradução para Inglês e Espanhol		jan/17	mar/17
3.3	Pacote de Trabalho: Prestação de Contas		abr/17	
4	Resultado esperado/ etapa: Preparar edital para RBD III		ago/17	out/17

4.1	Pacote de Trabalho: Elaboração da Minuta do Edital		ago/17	set/17
4.2	Pacote de Trabalho: Revisão Conjur		set/17	out/17
4.3	Pacote de Trabalho: Ajuste do Edital para publicação no ano seguinte		out/17	
5	Resultado esperado/ etapa: Identificar linhas inovadoras de investigação			
5.1	Pacote de Trabalho: Estabelecer de linhas de pesquisa na temática "mulheres/crianças"		jun/16	ago/17
5.1.1	Organizar seminários temáticos com diferentes atores (Academia e Sociedade)		jun/16	ago/16
5.1.2	Discussão e definições internas da Senad em relação às temáticas levantadas nos seminários		ago/16	out/16
5.1.3	Definição interna sobre os instrumentos de fomento adequados		out/16	dez/16
5.1.4	Elaboração dos editais		jan/17	fev/17
5.1.5	Apreciação CONJUR e Ajustes		fev/17	fev/17
5.1.6	Publicação e Divulgação do Edital		mar/17	mai/17
5.1.7	Seleção da entidade executora		mai/17	jun/17
5.1.8	Contratação de entidade executora		jul/17	ago/17
5.2	Pacote de Trabalho: Estabelecer de linhas de pesquisa relacionadas ao		jun/16	ago/17

	Sistema de Justiça			
5.2.1	Organizar seminários temáticos com diferentes atores (Academia e Sociedade)		jun/16	ago/16
5.2.2	Discussão e definições internas da Senad em relação às temáticas levantadas nos seminários		ago/16	out/16
5.2.3	Definição interna sobre os instrumentos de fomento adequados		out/16	dez/16
5.2.4	Elaboração dos editais		jan/17	fev/17
5.2.5	Apreciação CONJUR		fev/17	fev/17
5.2.6	Publicação e Divulgação do Edital		mar/17	mai/17
5.2.7	Seleção da entidade executora		mai/17	jun/17
5.2.8	Contratação de entidade executora		jul/17	ago/17
6	Resultado esperado/ etapa: Realizar I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Prisional Brasileira e I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas entre os adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo			

7) Nome do Projeto: **DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA REINserÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE USUÁRIOS DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Formular diretrizes e estratégias para reinserção social e econômica de usuários abusivos de drogas em situação de vulnerabilidade, a partir do acompanhamento e avaliação de ações de moradia social, cultura, esporte e geração de trabalho e renda, com a posterior proposição de ajustes e aperfeiçoamentos nas políticas públicas que atuam nesses temas.

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As ações de governo relacionadas ao uso de álcool e outras drogas devem estar focadas na redução de seu impacto social, priorizando os segmentos mais expostos a essas consequências. Pessoas em situação de vulnerabilidade compõem esse segmento prioritário, uma vez que estes vivenciam de forma mais profunda as consequências negativas das drogas. Cuidar dessas pessoas exige eliminar barreiras de acesso aos serviços de atenção psicossocial, ofertar uma diversidade de estratégias de cuidado adaptadas às necessidades e contextos das pessoas, garantir continuidade do cuidado e articular ações de saúde com acesso a outros direitos fundamentais, como moradia, geração de trabalho e renda e formação profissional.

Nesse sentido, este projeto busca desenhar novos modelos e estratégias de inserção social para esse público a partir do desenvolvimento e do acompanhamento de ações intersetoriais de moradia, trabalho e formação/qualificação profissional desenvolvidos em diversos municípios do Brasil como projetos pilotos.

III. ESCOPO DO PROJETO

- Financiar projetos piloto de inserção social por meio de ações de moradia social, qualificação e apoio para geração de trabalho e renda, e cultura e esporte;
- Instituir grupo interministerial para acompanhar e monitorar a execução dos projetos pilotos;
- Apoiar a implantação das ações do projeto;
- Avaliar a implantação e os resultados do projeto, em conjunto com a Fiocruz.

IV. NÃO ESCOPO DO PROJETO

- Financiar ações continuadas de moradia social e geração de trabalho e renda.

V. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Projetos piloto de inserção social implantados	Acompanhar e apoiar a execução dos projetos de inserção social
2	Guia de diretrizes e boas práticas de projetos de reinserção social para pessoas com problemas com drogas	Publicar documento que reúna os principais resultados do acompanhamento dos projetos de inserção.
3	Pesquisa de avaliação dos projetos de inserção social	Realizar pesquisa para avaliação dos resultados e da execução dos projetos de inserção social.

VI. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Projetos piloto de inserção social implantados		01/01/2016	01/12/2017
1.1	Pacote de Trabalho: Acompanhar e apoiar a execução das ações dos convênios de inserção		01/01/2016	01/07/2017
1.1.1	Realizar oficinas de alinhamento teórico metodológico com a gestão e equipes dos projetos		02/02/2016	12/08/2016
1.1.2	Realizar agendas para trocas de experiências entre os projetos e dos projetos com outras iniciativas		01/05/16	31/12/16
1.1.3	Sistematizar, junto com a Fiocruz, a metodologia de implantação do programa De Braços Abertos para apoiar a execução dos projetos de inserção		01/05/16	30/06/16
1.1.4	Disseminar a metodologia de implantação do De Braços Abertos entre os projetos de inserção como estratégia de apoio à implantação		01/06/16	31/07/16
1.1.5	Finalizar e disseminar documento com orientações técnicas do SUAS para atendimento de pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas		01/02/16	15/05/2016
1.2	Pacote de Trabalho: Implantar novos projetos de inserção de pessoas com problemas com drogas e em conflito		01/07/2016	01/12/2017

	com a lei			
1.2.1	Articular com SDH e DEPEN para definição de diretrizes, formato e escopo de projetos de inserção voltados para público em conflito com a lei		30/05/2016	30/06/2016
1.2.2	Elaborar e publicar termo de referência para seleção de projetos		30/06/2016	15/07/2016
1.2.3	Fazer seleção dos projetos		15/07/2016	30/07/2016
1.2.4	Formalizar projetos		30/07/2016	ago/16
1.2.5	Acompanhar a implantação dos projetos		set/16	dez/17
2	Resultado esperado/ etapa: Guia de diretrizes e boas práticas de projetos de reinserção social para pessoas com problemas com drogas		01/05/16	30/05/17
2.1	Pacote de Trabalho: Implantar grupo interministerial de acompanhamento e monitoramento dos projetos de inserção		01/05/2016	30/05/2016
2.2	Pacote de Trabalho: Publicar Guia	2.2.3	01/06/17	30/06/17
2.2.1	Sistematizar resultados do acompanhamento e apoio a implantação dos projetos de inserção		01/03/16	30/04/17
2.2.2	Avaliação sobre possíveis ajustes nas políticas públicas que atuam nas áreas	2.2.1	01/04/17	31/05/17
2.2.3	Fazer minuta de guia de diretrizes e boas práticas	2.2.2	01/05/17	30/06/17
3	Resultado esperado/ etapa: Pesquisa de avaliação dos projetos de inserção social		01/03/16	30/04/17
3.1	Pacote de Trabalho: Avaliar os projetos de inserção em execução		01/03/16	31/03/17
3.1.1	Definir plano de trabalho da avaliação dos projetos em execução,		01/05/2016	15/06/2016

3.1.2	Acompanhar a avaliação		01/03/16	30/03/17
3.1.3	Divulgar resultados da avaliação	3.1	01/03/17	30/04/17
3.2	Pacote de Trabalho: Planejar e definir avaliação do segundo grupo de projetos de inserção, voltados para usuários em conflito com a lei	1.2	30/06/2016	15/07/2016
3.2.1	Definir escopo da avaliação, projetos a serem avaliados e identificar instituição parceira	1.2	15/07/2016	15/08/2016

8) Nome do Projeto: **CANAIS DE COMUNICAÇÃO E TELEATENDIMENTO PARA A PREVENÇÃO**

I. OBJETIVO DO PROJETO

Disponibilizar canais de comunicação para informar e orientar à população sobre as políticas públicas sobre Drogas.

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Os Canais de Comunicação - serviço de teleatendimento e o portal de prevenção - têm como objetivo otimizar e tornar mais eficiente o atendimento à população, com a disseminação de informações sobre a política de drogas, especialmente sobre prevenção e formação.

A perspectiva será englobar ações de médio e longo prazo da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para disseminar informações, orientar, e subsidiar a criar uma base de dados para a estruturação, o mapeamento e a criação de políticas públicas sobre essa temática.

III. ESCOPO DO PROJETO

- Disponibilizar uma Central de Teletendimento e de Multicanais que possibilite o atendimento às manifestações da população por meio do serviço de utilidade pública Ligue 132. Ampliando sua capacidade para atender as demandas relacionadas ao álcool, tabaco, cocaína, maconha entre outras substâncias. Para garantir a sua manutenção 24 horas por dia, nos sete dias da semana, inclusive feriados locais e nacionais.
- Manter ativo o portal de prevenção, inclusive convergindo o seu conteúdo com o atendimento do Ligue 132, para possibilitar a ampliação de seu acesso e maior disseminação do conteúdo e das ações de formação e interação temática com a sociedade sobre a política de drogas.

IV. NÃO ESCOPO DO PROJETO

- O Ligue 132 não será um portal para o registro de denúncias sobre drogas;
- O Portal de Prevenção não será uma ferramenta estática de informações.

V. RESULTADOS ESPERADOS

ID	Resultados esperados	Descrição
1	Implantar nova central 132	Discutir uma proposta de solução global que atenda a demanda de serviço de teletendimento do Ministério da Justiça. Realizar Procedimento licitatório para a contratação de solução global para o serviço de teletendimento. Implantar a central de teletendimento para o atendimento aos serviços que forem definidos.
2	Implantar Portal de Prevenção	

VI. CRONOGRAMA

ID	Grupo/Entrega/Atividade	Predecessor	Início programado	Fim programado
1	Resultado esperado/ etapa: Implantar nova central 132			
1.1	Pacote de Trabalho: Proposta de Solução Global para atendimento			
1.1.1	Análise de proposta de solução com áreas para o MJ	Consulta às áreas do MJ	out/15	mai/16
1.1.2	Temo de Referência de Solução Global para o Teleatendimento	Colaboração de cada área no documento	abr/16	01/07/2016
1.1.3	Consulta Pública sobre Solução e Pesquisa	Edital SE	jul/16	jul/16
1.1.4	Avaliar resultado de Consulta Pública	Consulta Pública	jul/16	jul/16
1.2	Pacote de Trabalho: Procedimento Licitatório			
1.2.1	Publicar Edital para a contratação	Aprovação do Termo de Referência	ago/16	ago/16
1.2.2	Pregão	Publicação de Edital	set/16	set/16
1.2.3	Recursos e questionamentos	Pregão	set/16	set/16
1.2.4	Contratação	Resultado Final do Pregão	out/16	out/16
1.2.5	Plano de Transição e Contingência	Contratação	out/16	nov/16
1.3	Pacote de Trabalho: Implementação da Central			
1.3.1	Transição dos serviços de	Plano de	nov/16	nov/16

	teleatendimento	Transição e Contingência		
1.4	Pacote de Trabalho: Avaliação de implementação dos serviços	Implantação	jan/17	fev/17
2	Resultado esperado/ etapa: Portal de Prevenção			
2.1	Pacote de Trabalho: Política e Conteúdo	Definição de estrutura	mar/16	fev/16
2.2	Pacote de Trabalho: Protótipo de Portal	Conteúdo	mar/16	mar/16
2.3	Pacote de Trabalho: Disponibilização (1º etapa)	Protótipo	mai/16	mai/15
2.4	Pacote de Trabalho: Avaliação de consultas e estrutura	1º etapa	jul/16	jul/16
2.5	Pacote de Trabalho: Definição de cronograma (2º etapa, 3º etapa, 4º etapa)		jul/16	jul/16